

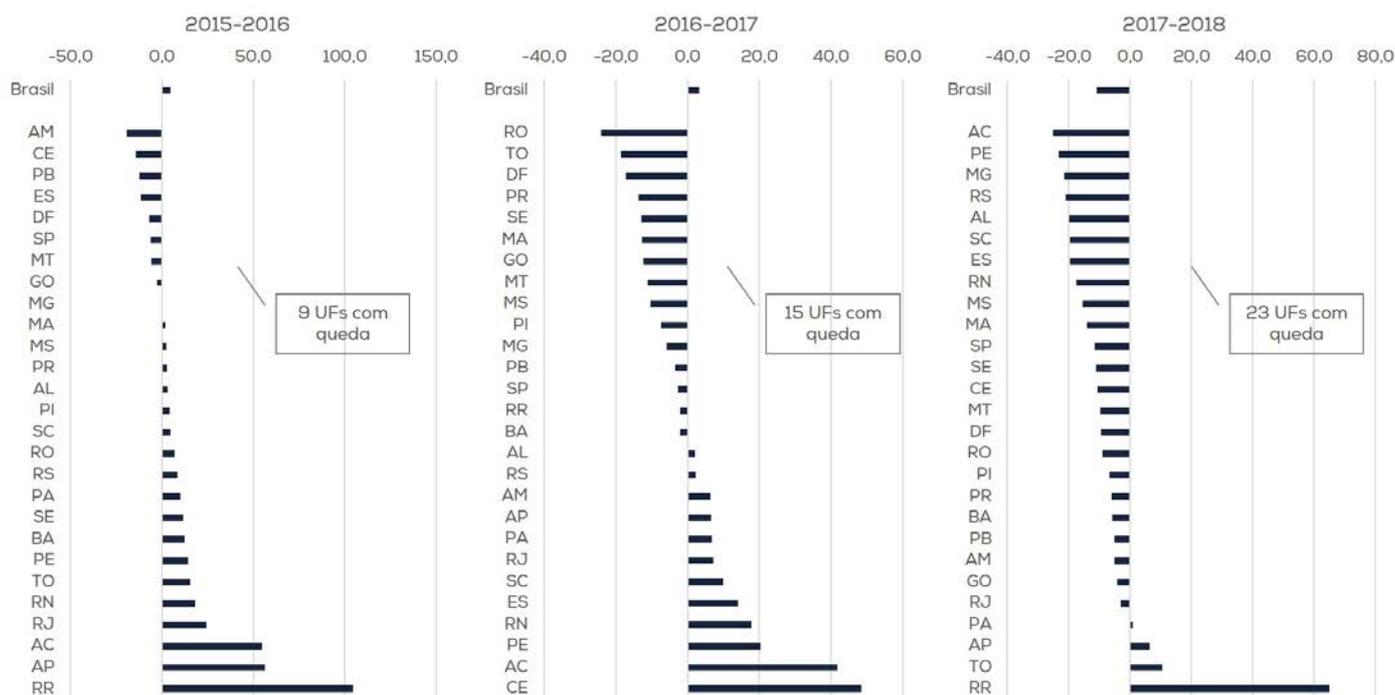
# Dados inéditos destacam importância fundamental das políticas estaduais de redução da violência letal

Redução de homicídios se mantém no Ceará e Espírito Santo em 2019. Análise de políticas estaduais de segurança indica caminho de articulação e cooperação federativa e intersetorial

**Marina Bohnenberger**  
07 de janeiro de 2020

A redução dos indicadores de criminalidade violenta nas Unidades da Federação é fato que vem sendo observado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública nos últimos anos, apesar do pico de mortes em 2017. Desde 2018, o que se nota é a nacionalização do fenômeno: naquele ano, 23 UF reduziram seus registros de mortes violentas intencionais, enquanto em 2016 essa redução se manifestava em 6 estados.

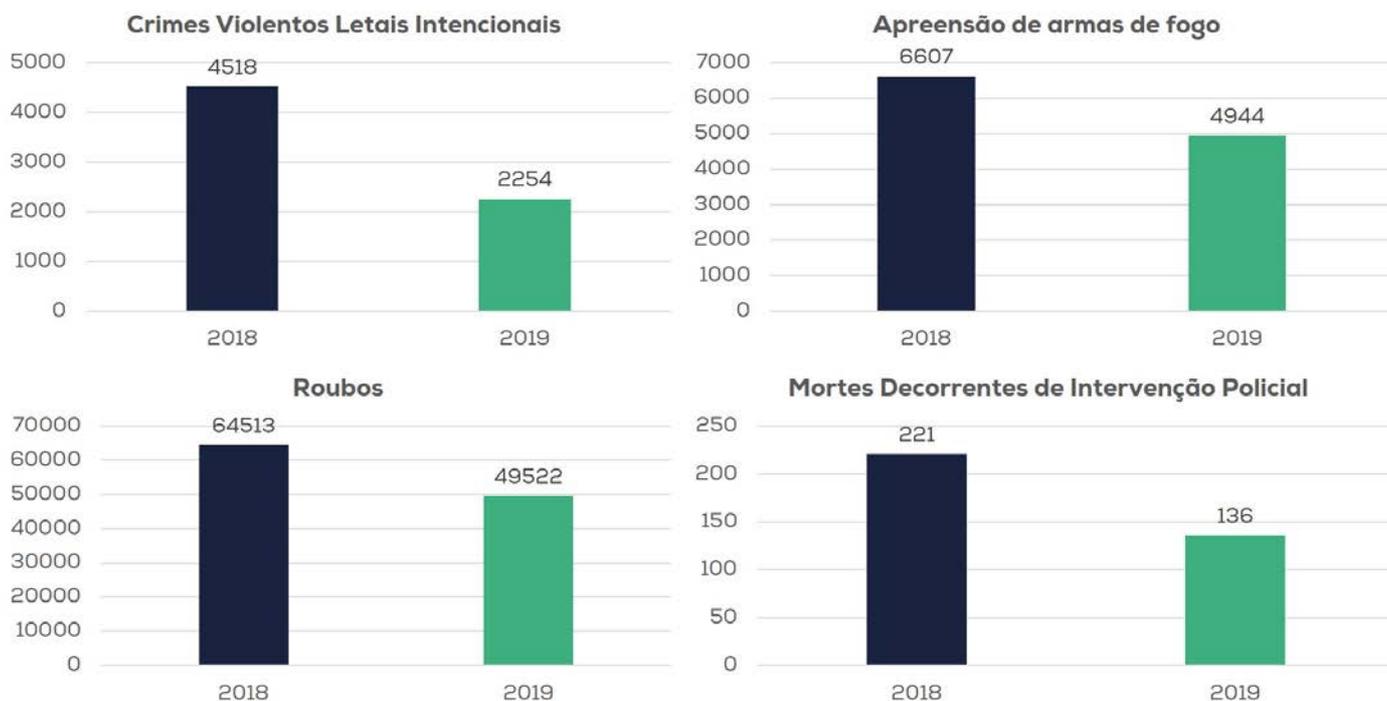
## Variação da taxa de Mortes Violentas Intencionais no Brasil



Fonte: 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública

O Fonte Segura obteve números inéditos de indicadores criminais de 2019 do Ceará e Espírito Santo, que revelam a sustentação da redução da violência. O Ceará reduziu pela metade as vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais, de 4.518 para 2.254 vítimas, enquanto as mortes decorrentes de intervenção policial caíram 38,5%. Esse movimento inverte a tendência anterior: entre 2017 e 2018 esse número subiu de 158 para 221 mortos, com alta de 39%. É importante lembrar que, a despeito da redução dos homicídios dolosos, as mortes decorrentes de intervenção policial seguiram aumentando no país.

## Ceará

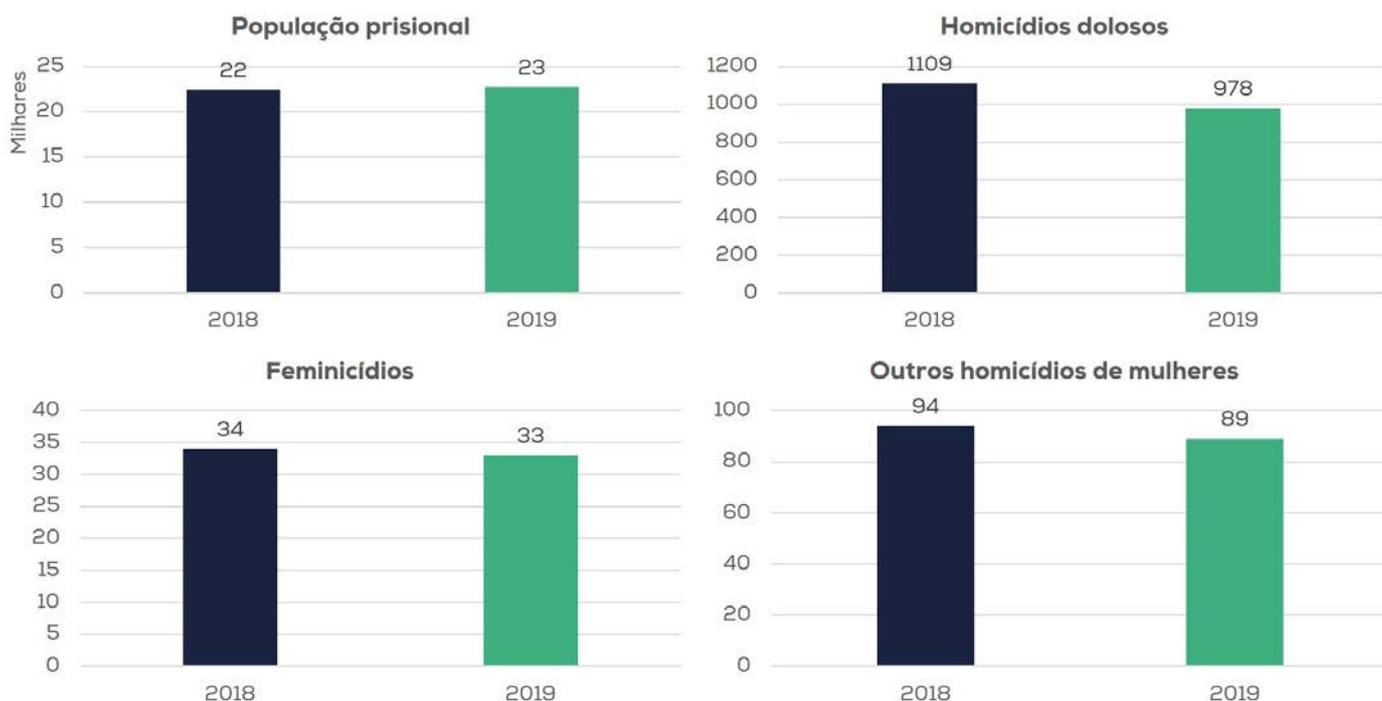


Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS Ceará)

No Ceará também houve queda significativa nos roubos, de 23,2%, assim como nas apreensões de arma de fogo. Entre janeiro e novembro de 2019, o Ceará apreendeu 4.944 armas, 25% menos que em 2018.

No caso do Espírito Santo, observou-se queda de 11,8% nos homicídios em relação a 2018. Este é o menor valor registrado nos últimos vinte anos no estado, registrando 978 vítimas. Já os números de feminicídios permaneceram praticamente os mesmos em 2019, com diferença de uma vítima. Eles correspondem a 37% do total de mulheres assassinadas no estado, leve aumento em relação a 2018.

## Espírito Santo



Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo (SESP)

Na esteira da tendência nacional, a população prisional do Espírito Santo também cresceu 22,8% de 2015 a 2019, chegando a 22.744 encarcerados. Os Secretários de Segurança Pública e de Justiça do Espírito Santo, Antonio Roberto Cesario de Sá e Luiz Carlos Cruz, comentam a adoção de tornozeleiras de monitoramento eletrônico como medida alternativa ao encarceramento e de

aperfeiçoamento da segurança pública. Segundo eles, em 2019 havia 605 pessoas monitoradas por tornozeleira no estado, volume que equivale à ocupação de uma unidade prisional. Os secretários avaliam o impacto orçamentário deste mecanismo, afirmando que a economia estimada obtida poderia ser alocada para custear toda a estrutura de três escolas.

Em termos de segurança pública, as Unidades da Federação são protagonistas, concentrando as políticas públicas e gestão policial e orçamentária no assunto. Observando-se as especificidades de cada contexto subnacional, é possível destacar conjuntos de ações, programas e políticas públicas que foram sendo adotadas nos últimos 10 a 15 anos e que, em sua medida, têm interagido com o cenário de crime, violência e insegurança do país. Tais medidas aparecem no debate público como contribuintes para a redução dos homicídios. São ações que, mais do que propor mudanças de arquitetura institucional, visavam incrementar a eficácia e a eficiência do que já existe. Para tanto, concentram suas energias na estruturação de sistemas de análise criminal e de fixação de metas orientadas por problemas, fazendo uso intensivo de informações, aperfeiçoamento da inteligência e da investigação criminal e aproximação com a população. Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Espírito Santo, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais e Paraíba aplicaram algumas destas políticas.

A dificuldade em fixar denominadores comuns para comparação entre sucessos e fracassos recomenda que olhemos para algumas ações a fim de verificar se estão sendo aplicadas a cada unidade da federação. Muitos estados adotaram estratégias de otimização de recursos e optaram por priorizar a gestão enquanto ferramenta de indução de mudanças, mas a avaliação do impacto destas políticas ainda é um desafio. Para se ter uma ideia, dos estados citados, só os programas de Pernambuco, intitulado “Pacto pela Vida” e o de Minas Gerais, o “Fica Vivo!”, contaram com avaliações de impacto sobre seus resultados.

O quadro abaixo permite uma visualização comparada entre alguns programas estaduais de redução de homicídios no país.

<b>Quadro 1 - Políticas estaduais de segurança pública segundo ano de implementação de ações incrementais</b>									
<b>Ações</b>	<b>São Paulo (SP Contra o Crime)</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>Pernambuco (Pacto pela Vida)</b>	<b>Espírito Santo (Estado Presente)</b>	<b>Bahia (Pacto pela Vida)</b>	<b>Ceará (Ceará Pacífico)</b>	<b>Distrito Federal (Viva Brasília)</b>	<b>Paraíba (PB Unida pela Paz)</b>	<b>Minas Gerais (Fica Vivo!)</b>
Investimento em sistemas de tecnologia e informação	1999	1997	2007	**	2011	2014	**	2011	2005
Gestão por resultado	2014	2008	2007	2011	**	2014	2015	2011	2005
Remuneração variável por desempenho	2014	2009	2011	**	**	2014	**	2011	2007
Gestão com articulação intersetorial	2014	**	2007	2011	2011	2015	2015	2011	2003
Priorização de territórios segundo indicadores	1999	2008	2007	2011	2011	2015	2015	2011	2003
Integração PM/PC	2000	1999	2007	2011	2011	2014	2015	2011	2005
Institucionalização de programa para redução de violência letal	2014	2009	2007	2011	2011	2014	2015	2011	2003
Fortalecimento da investigação de homicídios	2000	**	**	**	2011	2014	2015	2011	**
Controle de armas	2000	**	2007	2011	**	**	**	2011	2003
Repressão/apreensão de drogas	2014	**	**	2011	**	**	**	**	2003
Controle do uso letal das polícias	Fator de redução da bonificação, mas não é meta	2008	2007	**	**	Inexistente	**	Inexistente	Meta está inclusa na redução dos homicídios
Prisão de homicidas	2000	**	2007	2011	2011	2014	2015	Inexistente	2003
Prevenção com foco na juventude	**	**	2007	2011	2011	2016	2015	2011	2003
Política de redução de crimes patrimoniais	2014	**	2012	Inexistente	Inexistente	2018	Inexistente	2011	Inexistente
Política de enfrentamento à violência contra a mulher	Inexistente	**	2012	2019	Inexistente	2018	Inexistente	2011	Inexistente
** Informação não disponível									
Fonte: Elaboração própria com informação das Secretarias Estaduais.									

Os desafios para redução da criminalidade são imensos, em grande parte porque dependem de múltiplos, e não únicos, fatores. Algumas estratégias, no entanto, são reconhecidamente importantes para desenhar boas políticas de segurança. O empenho conjunto entre diferentes atores (governos, polícias, sociedade civil), ações orientadas pela cooperação e não competição entre as polícias e entes federativos, articulação com setores afins, implementação do SUSP, avaliação e monitoramento sistemáticos são alguns exemplos, que podem indicar melhores caminhos para o caso brasileiro.

 **Marina Bohnenberger**  
Pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

